TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

16/01/2026

SUMÁRIO

Governo de Goiás atinge 64,17% em transparência sobre emendas parlamentares, aponta TCE-GO 3
Goiás atinge nível adequado de transparência em emendas, aponta TCE 5
Consulta pública do TCE-GO entra na reta final e recebe sugestões da população para fiscalizações de 2026 - Jornal Opção 7
Giro - 2026 8
2026 9

Governo de Goiás atinge 64,17% em transparência sobre emendas parlamentares, aponta TCE-GO

Visualização da notícia

A Redação

Goiânia – O índice de transparência ativa do Estado de **Goiás** com relação aos recursos oriundos de emendas parlamentares é de 64,17% – o nível, divulgado nesta quarta-feira (14/1) pelo **Tribunal de Contas** do Estado de **Goiás** (**TCE**-GO), é considerado adequado de acordo com a metodologia aplicada. Segundo o **conselheiro** **Sebastião Tejota**, **presidente** em exercício do órgão, o "resultado permite concluir que não há óbice para a execução orçamentária das emendas relativas ao exercício de 2026". Há, no entanto, a necessidade de adotar "medidas corretivas e aprimoramentos" a fim de alcançar "a conformidade plena e o atendimento integral das disposições normativas".

Essas medidas corretivas foram pauta de reunião realizada junto a representantes das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e de Relações Institucionais (Serint). Eles apresentaram ao **conselheiro** e à equipe técnica do Tribunal informações sobre fluxos e processos utilizados atualmente para dar transparência às emendas e comentaram as medidas que serão adotadas.

Entre as determinações feitas pelo **TCE**-GO estão: a listagem completa das emendas aprovadas para o exercício, e não somente das que já possuem empenho vinculado; descrição detalhada do propósito do gasto aprovado na emenda, incluindo projeto ou atividade a ser executada; e cronograma completo para execução da emenda. O Estado tem prazo de 15 dias para apresentar um plano de ação.

Transparência Ativa em Emendas Parlamentares

A apuração do índice de transparência ativa do Estado foi realizada pelo Tribunal entre os dias 29 e 31 dezembro de 2025 e atende ao disposto na Resolução Normativa nº 11/2025, editada em conformidade com as determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre padrões de transparência, publicidade e rastreabilidade das emendas.

Para a aferição, o **TCE** - GO aplicou o Indicador de Transparência Ativa em Emendas Parlamentares (TAEP), metodologia que avalia os dados disponibilizados nos portais oficiais com base em quatro aspectos principais: divulgação, detalhamento, acessibilidade e atualização das informações. O índice foi desenvolvido pelo **Tribunal de Contas** da União (TCU) e ajustado à realidade estadual.

Emendas 2025

Dados disponibilizados no Observatório do Cidadão, no painel Destinação dos Recursos das Emendas Parlamentares Individuais Impositivas, mostram que em 2025 o valor autorizado para emendas foi de R$ 531.638.040,00, o que representa um aumento de 12,2% em relação a 2024.

Considerando o montante pago, a porcentagem diminuiu em relação a 2024: no ano passado,

74,9% do valor autorizado foi pago, enquanto em 2024 a porcentagem foi de 95,1%. Com relação à modalidade das emendas, as transferências especiais (conhecidas como emendas Pix) corresponderam a 16,5% do valor pago em emendas em 2024, enquanto no ano passado as transferências especiais representaram 4,4%.

Goiás atinge nível adequado de transparência em emendas, aponta TCE

Visualização da notícia

O Estado de Goiás alcançou índice de 64,17% em transparência ativa na gestão dos recursos oriundos de emendas parlamentares, patamar considerado adequado segundo a metodologia aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A avaliação foi apresentada pelo presidente em exercício da Corte, conselheiro Sebastião Tejota, relator da matéria, que destacou que o resultado "permite concluir que não há óbice para a execução orçamentária das emendas relativas ao exercício de 2026".

Apesar do desempenho positivo, o conselheiro ressaltou a necessidade de adoção de "medidas corretivas e aprimoramentos" para que o Estado alcance a "conformidade plena e o atendimento integral das disposições normativas" exigidas pelos órgãos de controle.

Reunião e medidas corretivas

As providências necessárias para o aprimoramento da transparência foram discutidas em reunião realizada nesta quarta-feira (14), com a participação de representantes das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e de Relações Institucionais (Serint). Durante o encontro, os gestores apresentaram ao conselheiro e à equipe técnica do Tribunal os fluxos e processos atualmente utilizados para garantir a publicidade das emendas, além das ações que pretendem implementar.

Entre as determinações do TCE - GO estão a divulgação da listagem completa de todas as emendas aprovadas para o exercício, e não apenas daquelas já empenhadas; a descrição detalhada da finalidade dos recursos, com indicação do projeto ou atividade a ser executada; e a apresentação de um cronograma completo para a execução das emendas. O Estado terá o prazo de 15 dias para encaminhar um plano de ação ao Tribunal.

Receba as principais notícias e outros conteúdos como esse no seu WhatsApp! Siga o canal do Diário de Goiás.

Avaliação segue normas do STF

A apuração do índice de transparência ativa foi realizada entre os dias 29 e 31 de dezembro de 2025 e atende ao que determina a Resolução Normativa nº 11/2025, elaborada em conformidade com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre padrões de transparência, publicidade e rastreabilidade das emendas parlamentares.

Para a aferição, o TCE - GO aplicou o Indicador de Transparência Ativa em Emendas Parlamentares (TAEP), metodologia desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e adaptada à realidade estadual. O índice avalia as informações disponíveis nos portais oficiais com base em quatro critérios: divulgação, detalhamento, acessibilidade e atualização dos dados.

Dados sobre emendas em 2025

Informações do Observatório do Cidadão mostram que, em 2025, o valor autorizado para emendas parlamentares individuais impositivas em Goiás foi de R$ 531,6 milhões, aumento de

12,2% em relação a 2024. Apesar da ampliação do montante autorizado, o percentual efetivamente pago recuou: no ano passado, 74,9% do valor autorizado foi executado, enquanto em 2024 o índice havia sido de 95,1%.

Quanto à modalidade, as transferências especiais, conhecidas como emendas Pix, representaram 4,4% do valor pago em 2025, percentual inferior ao registrado em 2024, quando esse tipo de repasse respondeu por 16,5% do total.

Com o índice considerado adequado, mas ainda distante do ideal, o TCE - GO reforça a necessidade de ajustes para garantir maior transparência, controle social e rastreabilidade na aplicação dos recursos públicos provenientes das emendas parlamentares.

Consulta pública do TCE-GO entra na reta final e recebe sugestões da população para fiscalizações de 2026 - Jornal Opção

Visualização da notícia

A consulta pública aberta pelo **Tribunal de Contas** do **Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) para definir as prioridades de fiscalização em 2026 entra na fase final. Os cidadãos têm até 31 de janeiro para participar e indicar quais problemas públicos devem receber maior atenção do órgão no próximo ano.

Por meio de um formulário eletrônico, a população pode escolher até seis entre 30 temas distribuídos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, assistência social e transporte. A iniciativa permite ainda que os participantes apresentem sugestões adicionais, ampliando o debate sobre demandas que impactam diretamente a vida dos goianos.

Entre os problemas listados estão a poluição de rios, a qualidade dos terminais rodoviários, a falta de medicamentos na rede pública, a escassez de vagas nas escolas estaduais, além de ações voltadas à proteção de mulheres vítimas de violência e à prevenção da violência no ambiente escolar.

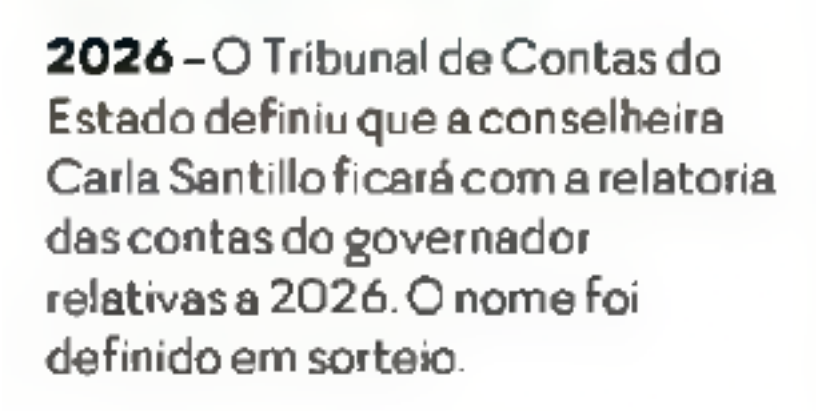
A consulta pública foi aberta no dia 2 de dezembro e é realizada pela primeira vez pelo Tribunal. Segundo o **TCE** - GO, o objetivo é aproximar o **controle externo** da sociedade, incentivar o exercício da cidadania e garantir que as fiscalizações reflitam as reais necessidades da população.

As contribuições recebidas irão subsidiar o planejamento das **auditor**ias e ações de fiscalização a serem executadas em 2026, permitindo que o Tribunal concentre esforços em áreas consideradas prioritárias pelos próprios cidadãos.

O Tribunal reforça que a participação popular é fundamental para aprimorar a gestão pública e fortalecer a transparência. A opinião da sociedade ajuda a direcionar o trabalho de fiscalização e contribui para a melhoria dos serviços públicos.

Giro - 2026

Visualização da notícia


2026 – O Tribunal de Contas do Estado definiu que a conselheira Carla Santillo ficará com a relatoria das contas do governador relativas a 2026. O nome foi definido em sorteio.

2026 – O **Tribunal de Contas** do Estado definiu que a **conselheira** **Carla Santillo** ficará com a relatoria das contas do governador relativas a 2026. O nome foi definido em sorteio.

2026

Visualização da notícia

2026 - O **Tribunal de Contas** do Estado definiu que a **conselheira** **Carla Santillo** ficará com a relatoria das contas do governador relativas a 2026. O nome foi definido em sorteio.